

# **VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA NO JORNALISMO: ANÁLISE DOS TÍTULOS DE REPORTAGENS DA IMPrensa BRASILEIRA NO CASO DO ESTUPRO DE UMA CRIANÇA DE DEZ ANOS**

## ***VIOLENCE AGAINST CHILDREN IN JOURNALISM: ANALYSIS OF THE TITLES OF BRAZILIAN PRESS REPORTS IN THE CASE OF THE RAPE OF A TEN- YEAR-OLD CHILD***

Michael Cristiano Costa da Silva<sup>1</sup>  
Saraí Patrícia Schmidt<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente artigo refere-se à cobertura jornalística produzida pela imprensa brasileira acerca do caso de estupro de uma menina de dez anos, vítima de uma série de violências que resultaram na gravidez da criança. O caso teve grande repercussão no país e foi noticiado nos principais veículos brasileiros. Desse modo, este estudo busca investigar a forma como a mídia tratou o caso, contemplando de maneira qualitativa e quantitativa, a análise dos títulos de reportagens presentes em dois dos principais portais de notícias do país. Com base nas teorias de Patrick Charaudeau (2009) e Dominique Wolton (2012), utiliza-se como método a análise de discurso com o objetivo de refletir a respeito da maneira como a imprensa brasileira trata, e qual importância dá para a violência contra a criança. O texto tem como corpus o conjunto de três títulos de notícias veiculadas nos portais G1 e Uol, durante o mês de agosto de 2020.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Infância. Mídia. Violência.

---

<sup>1</sup> Jornalista, mestre em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale e doutorando no mesmo programa, na linha de Linguagens e Processos Comunicacionais. Integra o Grupo de Pesquisa Criança na Mídia e desenvolve pesquisas nas áreas de comunicação, educação, direitos humanos e cultura. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2991667549799283>, ORCID: 0000-0001-9865-013X e e-mail: michael@feevale.br.

<sup>2</sup> Jornalista, é doutora em Educação e professora pesquisadora vinculada à Universidade Feevale. Atua no Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais, com pesquisas nas áreas de comunicação, educação, infância, mídia e direitos humanos. Coordena o grupo de pesquisa Criança na Mídia: Estudos em Comunicação, Educação e Cultura. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8995332160303604>, ORCID: 0000-0001-8795-3100 e e-mail: saraischmidt@feevale.br.

## Abstract

This article refers to the journalistic coverage produced by the Brazilian press about the case of rape of a ten-year-old girl, victim of a series of violence that resulted in the child's pregnancy. The case had great repercussion in the country and was reported in the main Brazilian vehicles. Thus, this study seeks to investigate the way in which the media dealt with the case, contemplating, in a qualitative and quantitative way, the analysis of the news headlines present in two of the main news portals in the country. Based on the theories of Patrick Charaudeau (2009) and Dominique Wolton (2012), discourse analysis is used as a method in order to reflect on how the Brazilian press treats, and what importance it gives to, violence against the child. The text has as its corpus the set of three news headlines published on the G1e Uol portals, during the month of August 2020.

**Keywords:** Violence. Childhood. Child in the Media. Violence and Journalism.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo refere-se à cobertura jornalística produzida pela imprensa brasileira acerca do caso de estupro de uma menina de dez anos, vítima de uma série de violências que resultaram na gravidez da criança. O caso teve repercussão no país e foi noticiado pelos principais veículos brasileiros. Desse modo, este estudo busca investigar a forma como a mídia tratou o caso, contemplando de maneira qualitativa e quantitativa, a análise dos títulos de reportagens presentes em dois dos principais portais de notícias do país. Com base nas teorias de Patrick Charaudeau (2009) e Dominique Wolton (2012), utiliza-se como método a análise de discurso com o objetivo de refletir a respeito da maneira como a imprensa brasileira trata, e qual importância dá para a violência contra a criança.

Que a mídia tem papel importante na difusão da informação, isso é fato. Entretanto, é importante destacar como ela colabora na construção de imagens e conceitos que são incorporados pela sociedade e, ainda assim, ela, por si só, representa o próprio corpo social. Dessa forma, os meios de comunicação reproduzem comportamentos que carregam em si questões complexas e que dizem muito sobre o pensamento de uma população. As representações de infância no imaginário coletivo e o significado de ser criança no mundo contemporâneo foram questões fundamentais para essa investigação. Afinal, na grande maioria das vezes, percebe-se que os *media* não têm uma preocupação com os sujeitos infantis e os expõem frequentemente, utilizando-se de sua imagem sem considerar o quão violento

isso é, principalmente quando fotografias pueris são utilizadas para ilustrar relatos de crimes – a principal forma como a infância é retratada nos noticiários brasileiros. Além disso, o uso de algumas expressões coloca os menores em um papel de agente ativo, direcionando à naturalização da violência, ao mesmo tempo em que faz com que, de vítima, a criança seja responsabilizada pelas agressões que sofreu, com chamadas que tendem a justificar tais violações.

No mês de agosto de 2020, veio à tona na imprensa brasileira o caso de estupro de uma menina de dez anos no estado do Espírito Santo. Violentada sistematicamente pelo próprio tio desde os seis anos de idade, os abusos sexuais ascenderam quando a vítima denunciou o agressor após ser engravidada por ele. A partir desse fato, a mídia repercutiu o assunto sendo essa a principal pauta em diferentes veículos e em suas plataformas de notícias. O crime ganhou ainda mais notoriedade pelos meios de comunicação quando foi anunciada a interrupção da gestação fruto do estupro da menina. Desse momento em diante a discussão saiu das redações e tornou-se um debate nacional que dividiu opiniões. De um lado, fundamentalistas manifestavam-se contra o aborto. De outro, protestos apoiavam o procedimento por esse ser um direito da vítima, defendido pelo Código Penal Brasileiro. Sendo assim, é de suma importância verificar o tratamento que os *media* dão em casos onde a infância é o centro da notícia e refletir sobre como isso pode estar associado à forma como a sociedade enxerga o ser criança, bem como ao alto índice de violência à minoridade no país.

Conforme dados divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em 2021, cerca de 81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorreram dentro de casa (Brasil, 2021), evidenciando o ambiente doméstico como um dos principais espaços de violação de direitos da infância no Brasil. Tais números revelam a dimensão estrutural da violência no país e demonstram como práticas violentas permanecem naturalizadas nas relações sociais e familiares.

Entretanto, a violência vai além de como é vulgarmente concebida na sociedade. Ao que se refere à educação, por exemplo, historicamente existe a ideia de que a disciplina somente é alcançada a partir de formas rígidas de educar. E esse pensamento, por si só, já caracteriza um ato violento. Por isso, este estudo também propõe refletir sobre o conceito de violência, um termo que carrega complexidade em sua definição e que colabora para a naturalização da violência contra a criança no país. Mesmo sem contato físico, essa é uma

problemática tão danosa, capaz de impactar negativamente no desenvolvimento de meninas e de meninos.

Falar sobre a violência contra a criança é falar de direitos humanos, algo que no Brasil é uma negociação constante. Neste momento, o país vive um contexto de fragilização das políticas de garantia de direitos e declarações como “direitos humanos para humanos direitos”, feitas pelo atual presidente da república brasileira, Jair Bolsonaro, comprometem a luta por essa conquista. A violência sexual é uma questão que precisa ser discutida. Afinal, dentre as tantas violações que a juventude brasileira enfrenta, essa foi a responsável por cerca de 17 mil denúncias que o Disque 100 (serviço telefônico de recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias de violação de direitos humanos) recebeu no ano de 2018. Apesar do crescimento das denúncias nos últimos anos, a violência sexual contra crianças e adolescentes ainda é marcada pela subnotificação no Brasil. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que muitos casos permanecem invisibilizados, especialmente quando ocorridos no ambiente familiar, o que evidencia a dificuldade de denúncia e enfrentamento desse tipo de violência (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021).

Quando a então ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no Brasil, Damares Alves, afirma que as meninas paraenses da Ilha do Marajó são violentadas porque não usam roupa íntima<sup>3</sup>, por conta de sua situação econômica, é possível perceber o quanto há um atraso no pensamento da sociedade brasileira ao que se refere à infância e às concepções de violência. Por isso, é fundamental discutir este assunto e destaca-se a importância de pensar sobre qual atenção é dada aos sujeitos que são frequentemente evocados como o futuro da civilização. É necessário problematizar o assunto e aprofundar as discussões em torno deste tema. Se todos os dias crianças são violentadas no Brasil, é possível dizer que o caso da menina do Espírito Santo ganhou notoriedade porque o aborto se tornou a principal discussão? Tal notícia também reflete como a infância é tratada pela imprensa brasileira e a forma como a sociedade trata a questão. A apatia diante de um cenário tão alarmante também pode representar um ato violento contra a criança no Brasil.

A mídia ocupa papel central na construção de representações sociais e na produção de sentidos sobre acontecimentos que atravessam a vida coletiva. No caso da violência contra

---

<sup>3</sup> REDAÇÃO. Damares Alves culpa meninas que não usam calcinha por estupro. *In*: CATRACA Livre. **Cidadania**, 25 de julho de 2019. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/damares-alves-culpa-meninas-que-nao-usam-calcinha-por-estupro/>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

crianças, os discursos jornalísticos não apenas informam sobre os fatos, mas também contribuem para a formação de percepções sociais acerca das vítimas, dos agressores e da própria infância. Nesse sentido, os títulos jornalísticos operam como dispositivos simbólicos capazes de reforçar imaginários, naturalizar violências e orientar leituras sociais sobre determinados acontecimentos.

Conforme Goffman (2012), os enquadramentos sociais organizam a experiência e orientam a interpretação dos indivíduos sobre a realidade. No jornalismo, os enquadramentos estão presentes nas escolhas linguísticas, nos recortes narrativos e nos modos de apresentar determinados acontecimentos. Assim, os títulos das notícias funcionam como estruturas de enquadramento capazes de direcionar o olhar do público sobre os fatos noticiados.

Para van Dijk (2018), o discurso midiático exerce papel fundamental na reprodução simbólica de relações de poder e desigualdade social. As escolhas discursivas realizadas pelos meios de comunicação influenciam a construção de sentidos e podem contribuir tanto para a visibilização quanto para o apagamento de sujeitos envolvidos em situações de violência. Dessa forma, a linguagem utilizada nos títulos jornalísticos participa ativamente da construção social das vítimas e dos agressores.

Dessa maneira, analisar os títulos jornalísticos produzidos sobre o caso da menina de dez anos implica compreender como determinadas escolhas discursivas organizam sentidos sociais acerca da violência sexual contra crianças, evidenciando disputas simbólicas presentes na cobertura midiática.

## **2 METODOLOGIA**

A fim de obter uma melhor compreensão da forma como o caso de estupro da menina capixaba foi abordado pela imprensa brasileira, este artigo está estruturado a partir do estudo de natureza aplicada, com objetivo exploratório. A análise foi produzida com pesquisa bibliográfica e abordagem quantitativa e qualitativa (Prodanov; Freitas, 2013), utilizando a análise de discurso (Charaudeau, 2009) e (Wolton, 2012). Os artefatos analisados são os títulos das reportagens selecionadas em dois dos principais sites de notícias brasileiros, onde buscou-se pelas matérias publicadas por tais veículos sobre o assunto para, diante disso, analisar as chamadas das reportagens e poder problematizar em torno dos discursos e construções de sentido na relação entre transmissão e recepção de mensagens.

Para poder elaborar o corpus desta pesquisa, foi realizada uma busca em portais informativos brasileiros que trataram a respeito do crime, a fim de comparar as abordagens feitas diante dessa situação. Inicialmente, optou-se pelos sites G1, Folha de São de Paulo e Uol como objetos de análise devido à popularidade e relevância enquanto fonte de notícias na atualidade. Além de os três aparecerem na lista da Alexa<sup>4</sup>, estando entre os principais sites acessados no Brasil, o G1 é um dos mais conhecidos por ser alimentado jornalisticamente pela Rede Globo, a principal emissora de televisão no país, enquanto a Folha de São Paulo é a versão online do impresso de grande importância no Brasil. Por sua vez, a escolha do portal Uol se deu por este ter sido fundado no final da década de 1990 e ser um dos mais antigos presentes na web brasileira. Entretanto, como a Folha de São Paulo tem conteúdo pago e exclusivo para assinantes, optou-se por selecionar apenas matérias publicadas no G1 e no Uol. O período de análise compreende a data de 8 de agosto de 2020 – dia da primeira ocorrência sobre o caso, a 4 de setembro de 2020, quando o assunto – já repercutido incansavelmente por tais veículos, esgotou as possibilidades de desdobramentos e não foi mais pautado nos sites analisados.

Em uma segunda etapa, as notícias foram organizadas em ordem cronológica com o intuito de acompanhar o desdobramento do assunto e verificar se os discursos presentes nos títulos traziam consigo mensagens que colaboram para a banalização da violência contra a criança no país. As reportagens foram ordenadas por veículo e de forma temporal, conforme a tabela a seguir:

**Tabela 1** – A cobertura do caso no G1 e no Uol em ordem cronológica

TÍTULO	DATA	VEÍCULO
<b>Menina de 10 anos engravida depois de ser estuprada em São Mateus, no ES</b>	08/08/2020 21h01	G1
<b>Menina que engravidou após ser estuprada no ES vai interromper gravidez em outro estado</b>	16/08/2020 12h00	G1
<b>Presidente da CNBB, dom Walmor, lamenta interrupção de gravidez de criança de dez anos e considera fato 'crime hediondo'</b>	17/08/2020 18h12	G1
<b>Ela voltou a sorrir', diz diretor de hospital onde menina vítima de estupro teve gravidez interrompida</b>	18/08/2020 15h00	G1
<b>Polícia do ES recebe perfis genéticos de menina de 10 anos estuprada e feto</b>	20/08/2020 08h00	G1
<b>Família de menina estuprada aceita programa de mudança de endereço e identidade</b>	20/08/2020 12h58	
<b>Professora da rede estadual de SP é demitida após negar em rede social estupro da menina de 10 anos no ES</b>	20/08/2020 19h16	G1
<b>Conselho Regional de Medicina vai investigar suspeita de vazamento de dados médicos de menina estuprada no ES</b>	21/08/2020 15h50	G1

<sup>4</sup> Ferramenta da empresa norte-americana Amazon que mede o tráfego na web.

<b>Funcionária de hospital diz que menina de 10 anos ‘gostou’ de estupro do tio e causa revolta na web: ‘fui infeliz’</b>	21/08/2020 19h18	G1
<b>Justiça aceita denúncia e tio vira réu por estupro de menina de 10 anos no ES</b>	25/08/2020 07h24	G1
<b>Polícia colhe depoimento de padre de MT que disse que menina de 10 anos grávida no ES 'compactou com estupro'</b>	25/08/2020 15h51	G1
<b>Exame de DNA confirma que tio estuprou e engravidou menina de 10 anos no ES</b>	28/08/2020 09h24	G1
<b>Menina de 10 anos engravidada após estupro; suspeito é o tio e está foragido</b>	14/08/2020 11h51	Uol
<b>Menina de 10 anos grávida tem aborto negado no ES e vai a outro estado</b>	16/08/2020 12h16	Uol
<b>Winter expõe nome de menina de 10 anos estuprada e endereço de hospital</b>	16/08/2020 18h00	Uol
<b>Gestação de menina de 10 anos vítima de estupro é interrompida no Recife</b>	17/08/2020 10h27	Uol
<b>Menina de 10 anos está 'aliviada' e quer 'recuperar sua vida', diz médico</b>	17/08/2020 14h09	Uol
<b>Tio suspeito de estuprar e engravidar sobrinha de 10 anos é preso</b>	18/08/2020 07h47	Uol
<b>Assistente social diz que menina de 10 anos não ouviu protesto em hospital</b>	18/08/2020 13h27	Uol
<b>Delegado não descarta DNA em parentes de menina de 10 anos e nega pré-natal</b>	18/08/2020 13h49	Uol
<b>Menina de 10 anos violentada pelo tio mostra alívio com a prisão do tio: ‘ainda bem’</b>	19/08/2020 08h39	Uol
<b>Suspeito de estuprar sobrinha de 10 anos fugiu de táxi e tinha escolta</b>	19/08/2020 14h21	Uol
<b>Do rosto triste ao sorriso: como a menina de 10 anos mudou em 3 dias</b>	20/08/2020 10h10	Uol
<b>Menina de dez anos terá nova identidade após realizar aborto legal</b>	20/08/2020 13h09	Uol
<b>Material genético de menina de 10 anos e feto chegam ao Espírito Santo</b>	20/08/2020 13h21	Uol
<b>Menina de 10 anos: religiosos citaram Damares ao tentar persuadir família</b>	23/08/2020 22h52	Uol
<b>Tio de menina de 10 anos estuprada no espírito Santo vira réu</b>	25/08/2020 07h52	Uol
<b>Após criticar aborto legal, CNBB oferece escola à menina estuprada no ES</b>	25/08/2020 13h08	Uol
<b>Damares nega ter vazado dados de menina estuprada e fala em visita padrão</b>	26/08/2020 17h54	Uol
<b>Damares diz que menina de dez anos estuprada deveria ter feito cesárea</b>	18/09/2020 03h09	Uol

*Fonte:* Elaborado pelo autor (2020).

A fase seguinte desta pesquisa contemplou a releitura dos textos mapeados, buscando olhar de forma atenta para os títulos das matérias com intuito de problematizar e encontrar significados para as chamadas. Tal aproximação com os artefatos integra o método qualitativo de pesquisa, possibilitando aprofundamento da análise e permitindo maior interpretação dos dados. Sobre essa técnica de pesquisa é possível dizer que:

O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. A utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades. Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos,

retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada (Prodanov; Freitas, 2013, p. 70).

Depois de selecionar e organizar os títulos mapeados nos sites, os materiais foram classificados a partir de categorias ou subgrupos. As categorias analíticas foram construídas a partir da recorrência discursiva observada nos títulos jornalísticos durante a fase exploratória da pesquisa:

- **MENINA-MÃE:** naturaliza à maternidade na criança, transmitindo a ideia de que ela é sujeito ativo na situação;
- **POLICIAL:** contempla questões legais e técnicas na investigação e resolução do crime, bem como casos criminosos que surgiram a partir do desdobramento da notícia;
- **LÚDICO:** abordagens que fantasiam em torno do assunto, transmitindo mensagens que não correspondem à realidade da situação;
- **ESCAPE:** notícias com tom puramente informativo, sem descrição da violência e que trazem uma perspectiva positiva no acolhimento à vítima;
- **CRIMINOSO:** traz o homem como o responsável pelo ato;
- **OPINIÃO PERVERSA:** conteúdo produzido em torno de comentários infelizes e cruéis feitos por figuras públicas.

Para realizar essa análise, é de suma importância destacar que foram selecionadas apenas notícias que traziam a criança como centro da pauta, não considerando os desdobramentos que o caso teve – como a discussão em torno da descriminalização do aborto, por exemplo. Um assunto muito debatido durante o período de cobertura do crime e que, embora relevante, não faz parte do recorte desta pesquisa.

O fichamento dos títulos das reportagens online resultou em um material significativo à reflexão em torno da forma como a violência contra criança é retratada pela imprensa brasileira e como isso, da mesma forma, representa o modo como a sociedade lida com a infância e a importância que dá aos sujeitos infantis na contemporaneidade. A partir da categorização dos textos noticiosos, foi possível perceber que os discursos presentes nas chamadas das matérias carregam tamanha violência, pois, em alguns momentos, tratam com indiferença a situação. Além disso, o uso de alguns termos e a construção dos títulos colocam

a menina como responsável pelo crime que sofreu. O levantamento a seguir evidencia em ordem quantitativa a recorrência das categorias, o que permite refletir sobre essa questão:

**Quadro 2 – Categorização dos títulos**

<b>Categoria</b>	<b>Quantidade</b>
Policial	8
Menina-mãe	7
Opinião Perversa	7
Lúdico	4
Escape	3
Criminoso	1

*Fonte:* Elaborado pelo autor (2020).

Com base nos dados obtidos através da categorização das notícias, foi possível observar que as matérias com chamadas dentro do subgrupo Policial tiveram a maior recorrência, seguidas das reportagens das categorias Menina-mãe e Opinião Perversa. Entretanto, houve uma única ocorrência onde a notícia traz o tio da menina como responsável pela violação – categoria Criminoso. A partir disso, pode-se considerar que mesmo sendo a vítima da situação, ao criar os títulos para as matérias publicadas em seus sites a imprensa coloca a criança como sujeito ativo da situação, trazendo mensagens que justificam a violência sofrida por ela. Sendo assim, optou-se por analisar o título da primeira notícia veiculada na categoria Menina-mãe, publicada pelo G1, justamente por essa ser a primeira da ordem cronológica das matérias, e por ter criado um padrão na forma como a menina foi descrita nos relatos jornalísticos de ambos os veículos. Ainda integra o corpus o título da categoria Criminoso – única recorrência no subgrupo, e a matéria que tem como título “Damares diz que menina de dez anos estuprada deveria ter feito cesárea”<sup>5</sup>. A escolha dessa chamada aconteceu por tal enunciado fazer parte do subgrupo Opinião Perversa e representar comentários de figuras públicas a respeito do caso e, principalmente, porque a responsável pela declaração é a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo Jair

---

<sup>5</sup> Damares diz que menina de dez anos estuprada deveria ter feito cesárea. **Uol Notícias**, 8 de setembro de 2020, Universa. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/09/18/damares-diz-que-menina-de-10-anos-estuprada-deveria-ter-feito-cesarea.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Bolsonaro (2019-2022), algo extremamente significativo para a elaboração das reflexões presentes nesta pesquisa.

Realizada a coleta dos dados, foi feita uma análise quantitativa e qualitativa das chamadas, a fim de verificar como a imprensa brasileira tratou o caso do estupro da menina de dez anos e quais são os elementos presentes nos textos que colaboram para que a violência apareça como marcador nas práticas jornalísticas, colaborando na naturalização da violência e na perpetuação de ideias sobre a infância.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A partir da fase preliminar de análise, foi possível constatar que as escritas jornalísticas trazem muitas mensagens que fortalecem ideias e conceitos. Da mesma forma que a violência é descrita nas chamadas das matérias, ela aparece como marcador na imprensa brasileira e direciona a questionar se o seu uso frequente não é uma estratégia utilizada para alcançar altos índices de tráfego online. Para Wolton (2012), na comunicação a mensagem é a etapa mais simples do processo, sendo a relação entre o emissor e o receptor a parte mais complicada. A partir da contribuição do autor, também é possível afirmar que informar não é comunicar, pois nem sempre a mensagem transmitida pelo emissor é entendida da mesma forma pelo receptor.

Atualmente, com o excesso de informação, a comunicação se torna, na maior parte do tempo, uma negociação. E essa negociação precisará de um tempo para ser transformada em comunicação dada à velocidade que a informação passou a alcançar. É esta a razão pela qual a informação se separou da comunicação, obrigando, então, ao que é inevitável: uma reflexão muito maior da condição prática da comunicação. (Wolton, 2012, p. 12).

Sendo assim, é possível verificar que, apesar das notícias trazerem conteúdo informativo, nem sempre elas irão comunicar sobre um fato. Muito disso, pelo excesso de conteúdo existente atualmente e por conta da relação com o receptor das mensagens, que pode não compreender o discurso principal, justamente, por conta do volume de informações que recebe. Nesse sentido, é interessante observar que a quantidade excessiva de conteúdo também impacta na formação da, ou na falta de, crítica, diante de um assunto repercutido pela imprensa. Por isso, destaca-se a importância do jornalismo enquanto responsável pela difusão da informação, sendo fundamental no processo de formação de opinião e de conceitos.

O título extraído da categoria Menina-mãe permite discutir a respeito, pois as palavras presentes no texto trazem mensagens que colaboram na construção de ideias, naturalizando a violência e colocando a vítima como culpada pela crueldade que sofreu.

**Figura 1** – Primeira recorrência do caso no G1



Fonte: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo>.

A primeira notícia publicada pelo G1 sobre o caso foi veiculada na aba de conteúdo da afiliada da Rede Globo, no estado do Espírito Santo. O termo “menina de dez anos engravidada” foi utilizado nessa matéria e deu o tom para que, a partir da repercussão do caso, a criança fosse descrita dessa forma nos desdobramentos que seguiram. Marina Mentz (2020) analisa o emprego do termo como algo que evidencia a criança como agente ativa na situação. Tal construção discursiva evidencia um enquadramento que desloca simbolicamente a agência da violência do agressor para a vítima, reforçando o que van Dijk (2018) compreende como estratégias discursivas de produção de sentidos sociais. Para a autora, “[...] a gente precisa achar um jeito para falar sobre isso sem dizer que essa vítima ficou grávida ou que a menina engravidou do seu agressor. Ela não é o agente ativo nessa situação. Ela é uma vítima e as nossas palavras, elas têm muito poder [...]” (informação verbal)<sup>6</sup>.

Considerando o aspecto cultural, é possível destacar o impacto que as publicações feitas pela imprensa têm na sociedade e como isso colabora para a construção de imaginários coletivos. O consumo de conteúdo noticioso veiculado pela mídia contribui para a reprodução de conceitos, bem como para a fortificação de crenças que interferem diretamente na sociedade. Isso, de certo modo, vai de encontro com o que Lara e Limberti (2015, p. 21)

<sup>6</sup> Comentário produzido pela jornalista Marina Mentz em seu canal no Youtube, em 27 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=f7ULRpe6-cE&t=252s>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

dizem ao afirmar que as representações “evidenciam imaginários coletivos que são produzidos pelos indivíduos que vivem em sociedade, imaginários esses que manifestam, por sua vez, valores por eles compartilhados, nos quais eles se reconhecem e que constituem sua memória identitária”. A partir do momento que é utilizado o termo engravidou para se referir à menina, isso convoca o leitor a associar a maternidade à criança, criando uma representação que não deveria ser relacionada a um crime tão violento e cruel. Mentz comenta que o jornalismo vai se preocupar com a infância somente quando essa estiver marcada por questões que envolvem o universo adulto e que isso acontece, “porque a sociedade se constrói assim, olhando para as crianças quando elas são atravessadas pelo mundo adulto (informação verbal)<sup>7</sup>.

Sobre a perspectiva do discurso, Patrick Charaudeau diz que a identidade será elaborada a partir do uso da palavra, bem como a sistematização dos enunciados e do manuseio dos imaginários discursivos. O autor afirma que “ao contrário da identidade social, a identidade discursiva é sempre algo ‘a construir- em construção’. Resulta de escolhas do sujeito, mas leva em conta, evidentemente, os fatores constituintes da identidade social (Charaudeau, 2009). Dessa forma, pode-se compreender a responsabilidade do jornalista enquanto profissional que transmite informação ao grande público. Os especialistas de imprensa têm a credibilidade que legitima os discursos, pois são portadores de um saber reconhecido pela sociedade, o que valida o seu trabalho.

A identidade discursiva tem a particularidade de ser construída pelo sujeito falante para responder à questão: “Estou aqui para falar como?” Assim sendo, depende de um duplo espaço de estratégias: de “credibilidade” e de “captação” [...]. A credibilidade está ligada à necessidade, para o sujeito falante, de que se acredite nele, tanto no valor de verdade de suas asserções, quanto no que ele pensa realmente, ou seja, em sua sinceridade. O sujeito falante deve, pois, defender uma imagem de si mesmo (um “ethos”) que lhe permita, estrategicamente, responder à questão: “como fazer para ser levado a sério?” [...] (Charaudeau, 2009, n. p.).

Com base nas contribuições de Charaudeau (2009), pode-se considerar que, embora a mídia possua legitimidade por ser a parte falante do processo, a corrida pelos cliques e a busca pela instantaneidade no ambiente digital contribuem para a circulação de desinformação e para a intensificação da espetacularização da notícia. Nesse sentido, “a enorme espetacularização na *mise-en-scene* da informação pode pôr em questão o sacrossanto dever de informar” (Charaudeau, 2009, n. p.).

---

<sup>7</sup> Comentário produzido pela jornalista Marina Mentz em seu canal no Youtube, em 27 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=f7ULRpe6-cE&t=252s>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

**Figura 2** – Única recorrência na categoria Criminoso



Fonte: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo>.

Durante a fase de pré-análise, identificou-se uma única ocorrência onde o tio da menina de dez anos aparece como o principal responsável pelo crime noticiado. Do recorte realizado para esta pesquisa, apenas a matéria que aparece como a última na ordem cronológica traz uma abordagem que associa o homem como o agente ativo na situação. É interessante perceber que, com tantas possibilidades de desdobramento do assunto, o tio da criança acabou ocupando papel secundário nas pautas.

Nesse sentido, o enquadramento jornalístico contribui para invisibilizar o agressor e centralizar a narrativa sobre a vítima, organizando socialmente a interpretação do acontecimento, conforme propõe Goffman (2012). Isso confirma as constatações feitas anteriormente, onde a criança ganha a atenção da mídia apenas quando carrega questões que pertencem ao universo adulto. Após semanas de cobertura, a palavra engravidou aparece pela primeira vez em um título sendo relacionado ao tio da menina, tirando da criança o papel de protagonista da ação. Ao utilizar expressões como “menina engravidou” ou “gestação da menina”, isso colabora para que, sistematicamente, o receptor da mensagem naturalize essa informação e não perceba quanta violência simbólica está presente nesse enunciado.

A instantaneidade sempre foi uma das marcas do jornalismo, que, continuamente, busca pelo “furo jornalístico”<sup>8</sup> - objeto de desejo de profissionais e veículos de imprensa. Todavia, com a presença cada vez maior do jornalismo na internet, que resultou no aumento da velocidade na propagação de notícias, a qualidade da comunicação ficou comprometida e a construção de títulos como o analisado na categoria Criminoso podem representar uma mudança no fazer jornalismo, onde práticas essenciais da profissão são deixadas de lado,

<sup>8</sup> O termo "furo jornalístico" é utilizado no mundo do jornalismo para expressar uma notícia como nova e em primeiro lugar.

criando lacunas no processo informativo. Atualmente, informa-se mais do que comunica-se. E nesse sentido, Dominique Wolton (2012, p. 209) contribui dizendo que “é preciso reservar um lugar importante para a imprensa escrita, porque a velocidade da informação emitida pela Internet ou pela televisão é bem diferente da reflexão permitida através da leitura do jornal”. Ou seja, conforme a imprensa amplia a sua presença nas plataformas online, mais importante é a continuidade do jornalismo impresso para equilibrar a complexidade da informação na web, pois deve-se considerar que, atualmente, a comunicação acontece a partir de uma negociação entre emissor e receptor.

Se quisermos que este volume de informação se transforme em comunicação, será necessário reduzir o ritmo da informação e compreender que a velocidade dela é completamente diferente da velocidade da comunicação. Caso contrário, corre-se o risco de que, no mundo todo, mais e mais informação circule em todas as direções sem que as pessoas venham a compreendê-la. E seria uma contradição política considerável se houvesse esta enorme quantidade de informação no mundo e, cada vez menos, a compreensão. (Wolton, 2012, p. 204).

Como a matéria da categoria Criminoso é a última da cobertura realizada no site G1, e houve um espaço temporal de dois dias em relação à notícia anterior, pode-se perceber que houve a construção de uma chamada mais direta, que comunicou de maneira clara e objetiva o acontecimento. Portanto, é de suma importância o questionamento de qual seria o motivo pelo qual somente ao final da repercussão do caso, a matéria foi produzida de forma diferente e fez-se o uso recorrente de chamadas que trouxeram mensagens abertas a interpretações, contribuindo para a banalização da violência e a forma como a infância é retratada pela mídia. É possível justificar isso à busca pela instantaneidade ou ao alerta de tráfego na imprensa que resulta na criação de títulos que geram cliques. Do mesmo modo, ainda é primordial refletir sobre o fato da imprensa ser formada por pessoas que integram a sociedade e que isso também representa um pensamento e traços do corpo social brasileiro. As descrições e a abordagem da imprensa podem representar um traço cultural do povo brasileiro. Em seus estudos, Centeno (2009, p. 16) diz que “a cultura afecta a psicologia dos indivíduos, levando grupos inteiros a pensar e a sentir da mesma maneira”.

**Figura 3** – Única recorrência na categoria Criminoso



Fonte: uol.com.br/universa.

Após o desfecho do caso estupro da menina do Espírito Santo, que culminou com a realização do aborto legal, o assunto reascendeu na imprensa a partir de posicionamentos em torno do procedimento médico realizado em 17 de agosto de 2020. Entre eles, o comentário feito pela atual Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves. A líder do Ministério demonstra contrariedade em relação à conclusão do caso. Para ela, a menina “deveria ter feito uma cesárea”, conforme o enunciado na matéria veiculada pelo portal Uol. A pasta liderada na ocasião por Damara é a responsável por promover políticas que assegurem os direitos humanos, conforme definição descrita na página do ministério no site<sup>9</sup> do Governo Federal:

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), é responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção dos Direitos Humanos no Brasil. Sua atual estrutura tem origem nas antigas Secretarias Especiais da Presidência da República: a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ).

Com base nessa descrição, supõe-se que o governo se preocupe em promover ações que viabilizem o bem-estar da população, bem como a garantia de direitos básicos que possibilitem mais igualdade na sociedade brasileira. Entretanto, nessa chamada, é possível perceber que a ministra foi contra o procedimento e defendeu a continuidade da gravidez fruto

<sup>9</sup>Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Governo Federal**, 2020. Disponível em: <[https://www.gov.br/mdh/pt-br/pt-br/ acesso-a-informacao/institucional/copy\\_of\\_institucional](https://www.gov.br/mdh/pt-br/pt-br/ acesso-a-informacao/institucional/copy_of_institucional)>. Acesso em: 21 nov. 2020.

do estupro da criança, o que, por si só, provoca a questionar sobre como uma representante do governo, responsável por uma pasta que tem como principal objetivo promover a segurança de direitos, faz tal declaração. Se não bastasse a violência simbólica do comentário, por ser deferido por uma figura do governo acaba trazendo notoriedade ao assunto, ao mesmo tempo em que legitima tal discurso, tornando algo natural para alguns receptores da informação.

De acordo com Charaudeau (2009, n.p.), o título presente no portal Uol, que trata da declaração da ministra, integra uma atitude discursiva de engajamento, onde o emissor adota de maneira consciente uma posição na escolha de suas palavras e “destina-se a construir a imagem de um sujeito falante como ser de convicção. A verdade, aqui, confunde-se com a força de convicção daquele que fala, e espera-se que esta influencie o interlocutor”. Do mesmo modo, a declaração de Damares traz à tona parte de uma visão presente no corpo social do país. Uma perspectiva que carrega opiniões ultrapassadas e pautadas, muitas vezes, sob aspectos pessoais, como crenças religiosas, por exemplo. Com base nisso, pode-se verificar que o posicionamento da ministra representa um sistema comportamental que Bateson (*apud* Centeno, 2009) vai definir como *ethos*, que nada mais é do que “o sistema de atitudes emocionais que, ao possuir valor normativo, governa as respostas e os valores que uma comunidade atribui às várias satisfações e insatisfações que os contextos da vida podem oferecer” (Centeno, 2009, p. 16). A autora também contribui afirmando que, assim que o *ethos* se estabelece em um grupo, ele se torna um algo determinante no comportamento daquele coletivo e é expresso através do seu comportamento. Diante disso, pode-se considerar que:

É o sistema de atitudes emocionais que, ao possuir valor normativo, governa as respostas e os valores que uma comunidade atribui às várias satisfações e insatisfações que os contextos da vida podem oferecer [...] O *ethos* de uma determinada cultura é uma abstracção retirada do total das suas instituições e formulações e os *ethos* podem ser infinitamente diferentes de cultura para cultura. (Centeno, 2009, p. 16, grifos do autor).

A partir da contribuição do autor, é possível refletir sobre como a escolha de um enunciado de uma reportagem publicada pela mídia tem a capacidade de transmitir além de uma simples informação. Determinadas chamadas contribuem na transmissão de mensagens que auxiliam na construção de identidades e discursos sociais. Além disso, pode-se considerar que, mais do que formar uma opinião, os títulos informativos têm poder de colaborar na criação de conceitos que são incorporados pelo receptor, por conta da legitimidade que o jornalismo tem diante do público. É fundamental olhar de maneira cuidadosa para as

produções midiáticas, problematizando as elaborações dos enunciados e o que está escondido nas entrelinhas. Um olhar atento que permita mudar a percepção das pessoas a respeito das abordagens utilizadas pela mídia quanto a pauta é a violência contra criança.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste estudo, foi possível perceber como os discursos presentes em enunciados de matérias jornalísticas trazem mensagens que contribuem para a elaboração de conceitos e para a transmissão de mensagens que auxiliam na construção de imaginários coletivos – esses, capazes de impactar de diferentes formas a sociedade. Do mesmo modo em que o jornalismo cumpre um papel importante enquanto responsável pela disseminação de informação e comunicação, nem sempre esse binômio é executado com sucesso pela imprensa. Conforme versado nesse artigo, concluiu-se que ao informar não significa que está, ao mesmo tempo, comunicando. Sendo assim, o principal desafio da imprensa na contemporaneidade é entender de que forma se dá a negociação da comunicação entre emissor e receptor de mensagens, uma vez que a velocidade de informação afetou o processo comunicacional entre tais partes.

A partir da análise de enunciados presentes em dois dos principais portais de notícias na internet brasileira, este estudo buscou investigar a forma como a mídia tratou o caso da menina de dez anos, estuprada e engravidada pelo próprio tio no estado do Espírito Santo. O caso ganhou notoriedade na imprensa e buscou-se refletir a respeito da maneira como a imprensa tratou e qual importância dá para a violência contra a criança. Através deste estudo, ainda foi possível constatar que as escritas jornalísticas trazem muitas mensagens que fortalecem ideias e conceitos. Da mesma forma que a violência é descrita nas chamadas das matérias, ela aparece como marcador na imprensa brasileira e direciona a questionar se o seu uso frequente não é uma estratégia utilizada para acessos nas matérias. A análise permitiu observar que parte da cobertura jornalística desloca discursivamente a agência da violência do agressor para a vítima, naturalizando simbolicamente a violência sofrida pela criança.

As representações de infância no imaginário coletivo e o significado de ser criança no mundo contemporâneo foram questões fundamentais para essa investigação. Afinal, na grande maioria das vezes, percebe-se que os media não têm uma preocupação com os sujeitos infantis e os expõem frequentemente, utilizando-se de sua imagem sem considerar o quão violento

isso é, principalmente quando fotografias pueris são utilizadas para ilustrar relatos de crimes – a principal forma como a infância é retratada nos noticiários brasileiros. Por isso, destaca-se a importância do jornalismo enquanto responsável pela difusão da informação, sendo fundamental no processo de formação de opinião e de conceitos.

Com base nos materiais coletados no desenvolvimento dessa pesquisa, é possível destacar a possibilidade de aprofundamento de estudos no campo de linguagem, principalmente ao que refere-se à análise de discurso e a relação entre emissão e recepção de mensagens. Diante do material já coletado, propõem-se dar continuidade na investigação, considerando a ampla possibilidade de desdobramento de discussões nos campos de violência, jornalismo e infância – abordados de forma breve neste estudo. O mapeamento presente neste artigo permite evidenciar que esse é um tema que necessita atenção, principalmente pelo fato de a imprensa ocupar um lugar de legitimidade diante da sociedade e pela forma como a criança é retratada no jornalismo.

Por isso, é fundamental discutir este assunto e destaca-se a importância de pensar sobre qual atenção é dada aos sujeitos que são frequentemente evocados como o futuro da civilização. É necessário problematizar o assunto e aprofundar as discussões em torno deste tema.

A apatia diante de um cenário tão alarmante também pode representar um ato violento contra a criança no Brasil. Mais do que informar, a cobertura jornalística de casos envolvendo violência contra crianças exige responsabilidade ética na construção discursiva dos acontecimentos, especialmente diante do impacto social que tais narrativas produzem.

## REFERÊNCIAS

ALEXA. **Top Sites in Brazil**, Califórnia, 2020. Disponível em:

<<https://www.alexa.com/topsites/countries/BR>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa**. Brasília, 2021.

Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/81-dos-casos-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-ocorrem-dentro-de-casa>>. Acesso em: 18 maio 2026.

CENTENO, M. J. **O Conceito de comunicação na obra de Bateson Interação e regulação**. Covilhã, Portugal. Universidade da Beira Interior. 2009.

CHARAUDEAU, P. **Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional**. Rio de Janeiro: Contracapa. 2009.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. **Os registros de violência sexual durante a pandemia de Covid-19**. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/7-os-registros-de-violencia-sexual-durante-a-pandemia-de-covid-19.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2026.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.

LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015.

MENTZ, M. **O jornalismo olha para a violência contra criança quando nela aparece uma marca do mundo adulto**. Novo Hamburgo, 27 ago. 2020. 1 vídeo (9 min 31 s). Publicado pelo canal Marina Mentz. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=f7ULRpe6-cE&t=293s>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

WOLTON, D. **“É preciso diminuir a velocidade da informação” – Entrevista com Dominique Wolton**. São Paulo: Escola Superior de Propaganda e Marketing. ano 9. 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale. 2013.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2018.